

NOTA EDITORIAL

Esta edição da Revista Sociedade e Território proporcionará ao leitor reflexões importantes acerca do desenvolvimento de pesquisas em três grandes escalas: Brasil, Região Nordeste, Região Centro-Oeste e o mundo. São, portanto, nove artigos científicos com diferentes perspectivas teóricas que se debruçam sobre territórios e dinâmicas socioespaciais no Brasil, Espanha e Moçambique. Ao reunir neste número a produção científica de pesquisadores do Brasil e d'alhures, ratificamos o nosso compromisso com a divulgação científica em Ciências Humanas, com ênfase nos estudos de natureza geográfica. A maioria dos artigos envolve professores doutores ou estudantes de pós-graduação, vinculados a diversas instituições de ensino superior no Brasil e no exterior.

O artigo que abre este número, *Território Nacional e Desigualdades Socioespaciais. Um Pequeno Estudo sobre o Programa Luz para Todos e a Ampliação do Processo de Eletrificação Rural*, fornece ao leitor uma análise acerca do Programa Luz Para Todos (LpT) do Governo Federal e, mostra como desde a sua implantação contribuiu para promover no território nacional um novo dinamismo econômico, sobretudo no que concerne ao estímulo daquilo que os autores denominam de “pequenas atividades produtivas”. Desse modo, ao mesmo tempo que se expande a energia elétrica para os territórios rurais, observam-se a permanência de desigualdades socioespaciais.

O segundo artigo, *Reflexões quanto a Efetividade das Regiões Geográficas Imediatas da Mata Sul Pernambucana*, analisa a efetividade dessas regiões, cuja delimitação é do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

No que concerne ao terceiro artigo publicado neste número, cujo título é *A Feira dos Importados no Distrito Federal e o Circuito Inferior da Economia Urbana*, analisa as implicações territoriais do circuito inferior da economia urbana, considerando a feira dos importados de Brasília. O artigo promove uma reflexão em torno de três grandes situações identificadas por meio da pesquisa de campo, a saber: a financeirização das atividades do Circuito Inferior; consumo destinado a atender às camadas mais populares; atuação repressora do Estado.

Na sequência, o quarto artigo intitulado: *O Papel dos Instrumentos Legislativos na Apropriação do Entorno do Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP) Pelo Mercado Imobiliário* problematiza a atuação do poder público dos municípios frente a nova realidade imobiliária configurada pela implantação do CIPP. Dessa maneira, a autora, por meio da análise das legislações municipais e dos respectivos planos diretores, construiu um raciocínio

em que há uma afinidade entre os agentes imobiliários e os especuladores espaciais com quadros do setor público, principalmente por meio de flexibilização de parâmetros, visando um possível desenvolvimento econômico sem compromisso com a sustentabilidade.

No que concerne ao artigo, *Políticas Públicas e Participação Social: um debate entre a identidade e o desenvolvimento territorial*, o autor busca relacionar a temática das políticas públicas e da participação social, considerando a importância da identidade para o desenvolvimento territorial rural. Parte-se da compreensão de que a tomada de decisões voltadas ao desenvolvimento territorial via implementação de políticas públicas deve considerar questões econômicas e a “vivência dos atores envolvidos em seus contextos territoriais”.

O sexto artigo desta edição, retrata *Dinâmicas e Dilemas da Agricultura Empresarial na Fronteira Agrícola Piauiense*, um texto que trabalha as relações complexas do campo brasileiro, o qual produz grandes empresas do agronegócio, importantes para a economia nacional, principalmente por sua integração com o mercado global de *commodities*, mas gera diversos conflitos no campo. Para o autor, os agentes empresariais hegemônicos do campo, impulsionados por incentivos estatais, conseguiram se organizar e aumentar a produtividade da terra e do trabalho. Porém, há um preço social para a forma de reprodução do agronegócio no campo piauiense, ligado principalmente a questão fundiária, de renda e de subordinação do agricultor familiar.

O texto intitulado “*Distancia de los Delincuentes y Reincidentes a los Equipamentos y Estaciones Férreas em Barcelona*”, dispõe de uma reflexão acerca dos equipamentos de esporte, transporte e policiais, por exemplo, presentes no território, e sua influência para a propensão de ações criminosas. O autor oferece ao leitor um conjunto de análises pautadas em gráficos, quadros e mapas para ratificar os seus argumentos, procurando demonstrar quais desses equipamentos se constituem como atrativos ou repulsivos para essas ações.

O artigo “*Desenvolvimento Territorial e Gênero: a mulher como agente de mudança social em Moçambique*”, analisa o *oxitike* enquanto prática emancipatória feminina, destacando o papel da mulher como agente de mudança social. Os autores consideram que as questões de gênero podem ser um importante aliado na reflexão sobre o desenvolvimento territorial em Moçambique.

Moçambique, também é o recorte espacial do nono artigo desta edição. Um país com elevado potencial agrícola, porém, pouco explorado, especialmente em prol do desenvolvimento territorial endógeno. Sendo assim, no artigo intitulado *Agronegócio em Moçambique: uma breve análise da situação de estrangeirização do Agronegócio*, o autor faz

uma análise do desenvolvimento do agronegócio em Moçambique pelo prisma dos projetos nacionais com base no estabelecimento de cooperação internacional, citando principalmente o projeto PROSAVANA. Para ele, há especificidades em Moçambique e contradições nos modelos de desenvolvimento adotados que podem gerar impactos sociais e ambientais.

Por fim, o último artigo desta edição, intitulado *Geoprocessamento Aplicado a Análise da Cobertura e Uso da Terra na Área de Proteção Ambiental dos Mananciais do Córrego Lajeado, Campo Grande – MS* apresenta um estudo de caso em um tema muito caro para a sociedade, que é o monitoramento de Unidades de Conservação (UC's) em áreas urbanas. As cidades, enquanto ambiente construído e retrato da diversidade de classes e campo das disputas de poder, se reproduz no Brasil em discordância com os objetivos das UC's. Desta maneira, os autores utilizaram técnicas de Classificação Digital de Imagens para explorar o território de uma Área de Proteção Ambiental localizada nas franjas de expansão da área urbana de Campo Grande, capital do estado do Mato Grosso do Sul. Tal abordagem bem sucedida, resultou em uma análise capaz de revelar a mudança nas formas de ocupação do espaço e indicar potenciais impactos ambientais.

É importante destacar que as ideias, escolhas teóricas e resultados apresentados nos artigos são de responsabilidade dos autores. A Revista Sociedade e Território é apenas um veículo de divulgação científica e difusão do conhecimento nas ciências humanas, especialmente na Geografia.

Lembramos a todos que a Revista Sociedade e Território continua recebendo submissão de artigos, resenhas, ensaios teóricos e notas metodológicas em fluxo contínuo. Os textos podem ser apresentados em português, inglês e espanhol, devendo os mesmos estarem de acordo com as normas estabelecidas pela comissão editorial para a publicação em nosso periódico.

Aproveitamos para informar que, os professores Silvio Braz de Souza e Jane Roberta de Assis Barbosa, desde junho de 2019, passaram a compor a equipe editorial da Revista, somando-se aos esforços e compromissos já assumidos pelo Prof. Fransualdo Azevedo.

Desejamos a todos uma ótima leitura.

Comissão editorial
Revista Sociedade e Território